

O DESAFIO DE INCLUIR O ALUNO COM TEA NO ESPAÇO ESCOLAR

Gesomara Lopes Guerra¹
Gessione Moraes da Silva²
Maria Adriana de Souza³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir os desafios de incluir o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no espaço escolar. A pesquisa realizada insere-se na abordagem qualitativa, bibliográfica, e de campo, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. O estudo contou com a participação de quatro atores da comunidade escolar, de uma instituição de ensino da rede estadual, no Município de Apodi/RN. Como embasamento teórico, o estudo fundamenta-se nos dispositivos legais que regem a Educação Inclusiva, nas leis que asseguram os direitos da pessoa com espectro autista, bem como nos autores que discutem esta temática. Os resultados revelam que os desafios de incluir um aluno com TEA são diversos e peculiares a cada sujeito, enfatiza também que a escola é um espaço de socialização e aprendizagem indispensável à vivência do aluno autista.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, Deficiência, Aluno.

INTRODUÇÃO

A Educação passa por constantes modificações e uma das mais recentes e desafiadoras diz respeito à inclusão de todos no ambiente escolar. Isso exige dos atores escolares uma transformação em sua prática pedagógica, com o intuito de garantir o acesso e a permanência dos discentes na instituição de ensino.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo discutir os desafios de incluir o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no espaço escolar. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender o processo de inclusão de um aluno com espectro autista em

¹ Especialista em Educação Especial e Inclusiva da Faculdade do Vale do Jaguaribe/FVJ. E-mail: gersomara_lopes@hotmail.com

² Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN e Especialista em Educação Especial e Inclusiva da Faculdade do Vale do Jaguaribe/FVJ. E-mail: gessione_morais@hotmail.com

³ Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN e Especialista em Educação Especial e Inclusiva da Faculdade do Vale do Jaguaribe/FVJ. E-mail: adrisouza5@hotmail.com

sala de aula, visto que difere dos demais e necessita ser aceito e compreendido por todos os envolvidos no processo de ensino.

A pesquisa insere-se na abordagem de investigação qualitativa, bibliográfica e de campo e utilizou-se como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada com quatro participantes: um membro da gestão identificado pela sigla (GE), a professora auxiliar identificada como (PA), a professora que faz o Atendimento Educacional Especializado, identificada por (PAEE) e a responsável legal pelo aluno, identificada por (RE).

O estudo utiliza como pressupostos teóricos as bases legais que regem a educação inclusiva e autores como Carmago e Bosa (2009); Gomes e Onzi (2015); Grandin e Scariano (1999); Mantoan (2005) que discutem acerca da educação inclusiva.

A relevância do estudo consiste no fato de o mesmo proporcionar reflexões e instrumentos de pesquisa referentes à inclusão de uma criança autista na escola. Este servirá de base para professores e demais profissionais da educação acerca de métodos e técnicas que podem contribuir para o processo de inclusão dos autistas.

METODOLOGIA

O acesso à educação e ao ensino é um dos direitos garantidos aos autistas, nesse sentido, a escola tem o desafio de incluir o aluno com Espectro Autista no espaço escolar. E pesquisar essa realidade contribuirá para o refletir da comunidade escolar acerca do autismo.

Diante disso, o estudo realizado em uma escola da rede estadual do município de Apodi-RN se propõe a discutir os desafios de incluir o aluno com TEA no espaço escolar. A pesquisa realizada insere-se na abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Para tanto, contou com a participação de quatro entrevistados: um representante da gestão, a responsável pelo aluno, a professora auxiliar e a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

DESENVOLVIMENTO

Desde a antiguidade que o processo de exclusão é vivenciado pelas pessoas com deficiência. Fato este evidenciado precisamente na Grécia e Roma Antiga, onde as crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas ou mortas.

Durante o período medieval as crianças nascidas com deficiência eram associadas à magia negra, sendo vítimas de perseguição e morte. Nessa época, aqueles que nasciam deficientes eram vistos como malignos, sendo necessário castigá-los e até matá-los.

A partir do século XVIII o tratamento dado a estas crianças ocorria de forma mais tênue, ao invés de castigá-los agora as famílias passavam a confiná-los em suas residências ou instituições apropriadas, como forma de protegê-los do preconceito social.

As discussões acerca da inclusão das pessoas com deficiência nas instituições de ensino começam a surgir a partir da segunda metade do século XX. Cumpre esclarecer que o Estado delegou o compromisso de incluir estas crianças nos espaços escolares às instituições privadas e especializadas, omitindo-se assim, de sua responsabilidade.

É importante salientar que a partir da Declaração dos Direitos Humanos a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, fomentou as discussões sobre os direitos das pessoas com deficiência, quando estabelece que todos os homens são iguais em dignidade e direitos.

A Declaração de Salamanca, que instigou várias lutas sociais em prol da educação inclusiva, foi o resultado de uma conferência ocorrida na cidade de Salamanca na Espanha (1994). Este evento reuniu 94 representantes de diversos países e Organizações Não Governamentais (ONGs), que teve por finalidade formalizar o conceito de “educação para todos”.

O interesse do Brasil em lidar com a inclusão das pessoas com deficiência ocorreu na fase do Império, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (Decreto Imperial nº 1.428, de [12 de setembro](#) de [1854](#)). Hoje a instituição é conhecida como Instituto Benjamin Constant, que é referência em atuar na área de reabilitação de pessoas com deficiência visual, bem como a prestação de serviços para escolas e instituições sociais. Outro fato notório foi a criação do Instituto Imperial dos surdos-mudos em 1857, que passou a Instituto Nacional de Educação de surdos (INES).

Durante a República foram construídas instituições privadas com o objetivo de atender as pessoas com deficiência mental. Essas entidades tinham por objetivo curar estas pessoas sem o intuito de incluí-las na sociedade, marcando, assim, o início do assistencialismo e da filantropia.

Atualmente é perceptível que o apoio às pessoas com deficiência no intuito de incluí-las na sociedade tem sido um desafio constante, visto que algumas políticas públicas são criadas com a finalidade de proporcionar o acesso e a inclusão de todos no âmbito social.

No que concerne aos avanços da educação inclusiva, cabe ressaltar que o início das políticas públicas se fundamentou nas leis que regem o Estado e a educação brasileira.

O advento das políticas públicas inerentes à educação inclusiva tem como ponto de partida a Constituição Brasileira de 1988, que em seu Artigo 205 assegura o direito de todos à educação. Nesse sentido, fica evidente que todas as pessoas, independente de sua classe social, etnia, sexo, etc, tem direito ao acesso e a permanência na escola.

No tocante às pessoas com deficiência o Artigo 208 traz em seu texto a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) mediante as especificidades de cada sujeito. Sob este prisma a Constituição ressalta que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, p. 43).

O enunciado presente na Constituição aponta os deveres do Estado referentes a Educação e enfatiza no inciso III a regulamentação do atendimento educacional especializado enquanto direito constitucional das pessoas com deficiência, garantindo, assim, o acesso e a permanência destas no ensino público regular.

É importante ressaltar ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz em seu texto a Educação Especial como modalidade de ensino, definindo direitos para os alunos com deficiência. Com base nessa afirmação, as autoras Souza, Rosário e Costa (2017, p. 4) enfatizam que:

No tocante à Educação Inclusiva, o capítulo V da LDB traz em seu texto garantias legais quanto ao acesso das crianças com deficiência no ensino regular, bem como, serviços de apoio especializado, currículos, professores com formação adequada, com o intuito de assegurar a inclusão de todas as crianças na escola.

É importante destacar que as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, também fortalecem junto a Constituição Federal e a LDB o direito ao acesso e a continuidade dos alunos com deficiência nas instituições de ensino regular, e, conseqüentemente, o Atendimento Educacional Especializado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva determina que os sistemas de ensino devam disponibilizar recursos humanos para dar suporte aos alunos que necessitem de atendimentos específicos, tais como: instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador.

Baseado na Política Nacional foram criadas Leis que garantiram melhorias para a inclusão dos alunos com deficiência, dentre elas podemos citar: Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 (Lei do Autista); Projeto de Lei Nº 228/2014 (Lei do Cuidador); e a Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência – LBI).

O autismo foi descrito com suas especificações em 1943, pelo psiquiatra americano Kanner, ao observar o comportamento de um grupo de crianças que se diferenciavam das demais. Até essa data o autismo era associado à esquizofrenia. O pesquisador identificou que as crianças participantes do estudo apresentaram as seguintes características: isolamento, dificuldade de socializar-se, atraso na fala, boa memória, estereotípias, comportamentos repetitivos, dentre outros.

Na década de 60 surgiram relevantes pesquisas acerca do autismo que permitiu uma visão mais ampla referente às peculiaridades do espectro autista. Com o desenvolvimento dos estudos acerca dessa deficiência, vários autores construíram definições distintas para o autismo. Dentre essas definições destaca-se a National Society for Autistic Children, em que o autismo é definido como:

Uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave durante toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Acomete cerca de cinco entre cada dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum entre meninos que meninas. É encontrada em todo mundo e em família de qualquer configuração racial, étnica e social. [...] (GAUDERER, 1993, p. 22).

Para o referido autor o autismo é um comprometimento dos aspectos da vida cognitiva e social, e, além disso, pode acometer qualquer criança independente da família ou da etnia. Vale ressaltar que o autismo não é uma patologia e apesar dos diversos estudos, os pesquisadores ainda não conseguiram definir a causa exata desta deficiência e nem tão pouco a cura da mesma.

É oportuno assinalar que com o avanço dos estudos observou-se outros aspectos a respeito dessa deficiência, fato que determinou novas classificações para o espectro autista como afirma a autora:

Ao longo dos anos houve muitos estudos sobre autismo e surgindo outros aspectos observados nesses indivíduos. De acordo com David (2012), o autismo foi classificado primeiramente no DSM III (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) e DSM-IV, os quais qualificam o autismo no grupo dos transtornos globais do desenvolvimento (TGD). Já em 2013, o autismo teve uma nova classificação, de acordo com a CID-11 (International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems), sendo englobado no grupo dos TEA, qualificado no DSM-5 (AMBRÓS, 2017, p. 211).

O autismo é uma deficiência que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, variando de acordo com os níveis (leve, moderado e grave) em que se apresenta nas crianças autistas. Nessa perspectiva, Gomes e Onzi (2015, p. 189) afirmam que “o autismo é compreendido como um estado ou uma condição, que parece estar recluso em si próprio”.

A síndrome do Espectro Autista (TEA) é caracterizada pela dificuldade de interagir socialmente pela deficiência na linguagem e no comportamento. É importante lembrar que cada autista é único e apresenta aspectos peculiares de desenvolvimento.

Vale ressaltar que outras características são observadas nas pessoas com espectro, conforme afirmam as autoras Grandin e Scariano (1999, p. 18):

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento. Uma deficiência nos sistemas que processam a informação sensorial recebida fazendo a criança reagir a alguns estímulos de maneira excessiva, enquanto a outros reage debilmente. Muitas vezes, a criança se “ausenta” do ambiente que a cerca e das pessoas circunstantes a fim de bloquear os estímulos externos que lhe parecem avassaladores. O autismo é uma anomalia da infância que isola a criança de relações interpessoais. Ela deixa de explorar o mundo à sua volta, permanecendo em vez disso em seu universo interior.

Compreende-se então, que as crianças com autismo criam o seu próprio universo, visto que se isolam do mundo e das pessoas que as cercam, não respondendo a estímulos externos provenientes do meio social. Na verdade, o isolamento destas crianças consiste em uma fuga na tentativa de reorganizar os pensamentos, desalinhados devido ao excesso de estímulos, fato que resulta em comportamentos inadequados pela sociedade.

Embora o autismo seja uma síndrome complexa e de difícil diagnóstico algumas características apresentam-se desde cedo em uma pessoa com TEA, tais como: dificuldade em olhar nos olhos, repetição de palavras, não responder ao ser chamado, movimentos repetitivos, resistência a mudanças, isolamento, entre outras.

É importante salientar que cada autista apresenta limitações específicas, sendo impossível comparar ou trabalhar todos da mesma forma. Assim sendo, o papel da escola é de vital importância para o desenvolvimento das competências e habilidades das crianças que apresentam o espectro autista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O sistema educacional tem passado por transformações significativas no âmbito da educação inclusiva, especialmente no que concerne aos direitos dos alunos com deficiência. Esses necessitam que sejam assegurados o acesso e a permanência na Escola, por meio de estratégias que possibilitem a interação, a inclusão e aprendizagem na sala regular de ensino.

Diante das conquistas da Educação Inclusiva ressalta-se a Lei 12.764/2012, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Conhecida como Lei Berenice Piana em homenagem a uma militante brasileira (mãe de autista) que dedicou sua vida a lutar pelos direitos das pessoas com TEA.

A escola enfrenta inúmeros desafios em seu cotidiano, dentre eles pode-se destacar a chegada de um aluno autista, fato que causa medo e insegurança em toda comunidade escolar. Essa afirmação é reforçada pela fala do gestor (GE) da instituição de ensino ao mencionar que:

GE: Foi muito difícil, na verdade nunca tínhamos recebido até o momento nenhum aluno autista, tínhamos com outras deficiências, mas, autista não. Ficamos apreensivos pela chegada dele, principalmente porque o primeiro dia de aula ele nem entrou na escola.

Nessa perspectiva é relevante destacar os discursos das professoras auxiliar (PA) e de AEE (PAEE), quando indagadas acerca das dificuldades que enfrentaram ao acompanhar um aluno com TEA. Sob este prisma as docentes afirmam que:

PA. As maiores dificuldades que posso citar são as variações de humor e de emoções e a falta de comunicação, pois o aluno não fala apenas gesticula e muitas vezes eu não consigo compreender o que ele deseja falar.

PAEE. Trabalhar com uma deficiência nunca trabalhada antes é sempre um desafio, precisamos compreender as especificidades desses alunos, adentrar no mundo deles para assim, desenvolver um trabalho que possa surtir efeito.

Os discursos dos diferentes entrevistados possibilitam a compreensão de que é sempre desafiador receber um aluno com deficiência nunca antes trabalhada na escola. Nesse sentido toda escola passa por um processo de adaptação para lidar com o novo. Esse processo envolve tanto a estrutura física quanto os recursos humanos e pedagógicos, com intuito de acolher e contribuir para o desenvolvimento social e cognitivo deste aluno.

Em contrapartida a escola precisa se preparar para atender todas as diferenças presentes no âmbito escolar, em especial com alunos que apresentam deficiência visto que possuem peculiaridades específicas. A esse respeito o gestor entrevistado esclarece que:

GE. Inicialmente ao saber que a escola iria receber um aluno com autismo comunicamos a técnica responsável pela educação especial a necessidade de um professor auxiliar para acompanhá-lo. Em seguida durante a semana pedagógica comunicamos aos professores que iriam trabalhar com aluno autista.

Nas palavras do entrevistado fica evidente que a escola cumpriu com o seu papel de buscar alternativas a fim de incluir o aluno no contexto escolar. Nestas circunstâncias a escola deve oferecer mecanismos que viabilize o desenvolvimento das capacidades e o processo de interação das crianças autistas. A esse respeito o gestor escolar destaca a existência de “sala de Recurso Multifuncional (SRM) e profissionais especializados.”.

No tocante ao posicionamento dos professores da sala regular, o gestor afirma que

GE: Os professores reagiram de forma positiva apesar da preocupação inicial de receber um aluno autista na escola. Porém, como o aluno ainda está tendo os primeiros contatos com a escola, os professores ainda não estabeleceram uma relação professor-aluno em sala de aula. Pois o mesmo ainda não conseguiu adentrar na sua sala, embora já esteja frequentando outros espaços na escola.

Cabe notar que o discurso do gestor demonstra a boa aceitação dos professores diante de uma nova realidade, bem como enfatiza os desafios de incluir um autista no espaço escolar. Uma das estratégias utilizadas para minimizar as dificuldades foi a inserção no mercado de trabalho de um profissional que atue como mediador da aprendizagem do autista dentro da sala regular. A existência deste profissional é assegurada pela Lei 12.764/2012.

O professor auxiliar deve compreender que o aluno com TEA apresenta limitações e capacidades diferenciadas. Desse modo, é preciso que ele inclua em seu plano de trabalho estratégias, alternativas para ensinar a esses alunos, a fim de proporcionar um bom

desenvolvimento sócio cognitivo e de socialização. Sob esta ótica a professora auxiliar afirma que:

PA: Hoje realizo o trabalho de socialização com ele e também realizo atividades para desenvolver a coordenação motora fina, percepção e memorização, através da utilização de jogos concretos, jogos on-line atividade de pintura e outros.

Ainda sobre a metodologia de trabalho utilizada com o aluno autista, a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ressalta:

PAEE: Procuo trabalhar com atividades que promovam a socialização, por considerar uma das áreas que mais necessita ser desenvolvida no caso de um autista. Como o aluno ainda não conseguiu entrar na sala de aula regular procuro incentivá-lo a visitar outros espaços da escola, como a sala de jogos, a biblioteca, ir pegar o lanche na cozinha, etc. Com relação as atividades pedagógicas, busco trabalhar a partir de coisas que ele gosta de fazer, tais como: desenhar, pintar, jogar, dançar, etc.

Mediante os enunciados acima é possível observar que o trabalho pedagógico desenvolvido com o aluno ocorre em consonância com as suas limitações e potencialidades, proporcionando o desenvolvimento de sua socialização, bem como dos aspectos cognitivos e motores.

A chegada de um aluno autista à escola é sempre um grande desafio, que exige dos professores e toda escola uma postura diferenciada para trabalhar com essas especificidades. Embora sejam grandes as dificuldades, os avanços são perceptíveis nas pequenas coisas que o aluno consegue realizar.

Discorrendo sobre os avanços percebidos pelas professoras auxiliar e do AEE no desenvolvimento do aluno com TEA, elas enfatizam:

PA: os avanços no seu processo de aprendizagem acontecem aos poucos, como por exemplo: em jogos percebo que ele já consegue encontrar o par (jogo da memória) com mais facilidade, como também a socialização.

PAEE: sim, ao chegar na escola, o aluno só ficava na sala do AEE e se comunicava pouco, hoje já visita quase todos os espaços da instituição, e se comunica com todos que se aproximam.

De acordo com as falas das entrevistadas percebe-se uma evolução significativa no processo de socialização do aluno, visto que o mesmo já consegue se comunicar com as pessoas que se aproximam e explorar outros espaços da escola.

Para que o processo de desenvolvimento seja aprimorado faz-se necessário que o professor disponha de formação contínua que possa contribuir para seu fazer pedagógico, como menciona a professora auxiliar ao se referir a importância de se ter formações continuadas na área de Educação Especial: “nunca participei de nenhuma formação, seria interessante, pois precisamos adquirir mais conhecimentos sobre as deficiências”.

A presença da professora auxiliar na escola contribui de forma significativa para que a inclusão aconteça, pois possibilita a execução de estratégias socializadoras, visando ultrapassar as dificuldades de comunicação dos autistas. Nesse sentido, “para ultrapassar os déficits sociais dessas crianças, é preciso possibilitar o alargamento progressivo das experiências socializadoras, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e comportamentos” (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 67).

No tocante as experiências socializadoras mencionadas por Camargo e Bosa (2009), cabe destacar o relato da professora auxiliar quando indagada sobre como incluir o aluno no âmbito escolar: “como ele ainda não entra na sala regular, chamo alguns alunos para irem até a Sala de Recurso Multifuncional (onde ele fica). Esses alunos conversam com ele e mostram-se amigos”. No realizar pedagógico, são essas pequenas coisas que contribuem para a socialização e para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos do mesmo.

A escola deve ser um espaço de inclusão no qual professores e alunos caminhem juntos em prol da formação de uma sociedade inclusiva. Infelizmente nem todas as instituições escolares conseguem promover esse espaço de inclusão. Essa realidade é apontada pela fala da responsável pelo aluno (tia) ao afirmar que:

RE: Na outra escola que ele estudava, não gostava, pois, sofria bullying, tinha uma professora que deixava ele sozinho na sala de aula. Hoje ele gosta de vir à escola e vejo que ele é bem tratado por todos. Ele fica muito feliz quando está na escola.

É preciso um olhar diferenciado para que a escola consiga desenvolver práticas pedagógicas que promovam a emancipação dos alunos, dentre os quais os com deficiência, possibilitando assim a inclusão de todos na escola e na sociedade como um todo. Sob esse prisma “as práticas escolares inclusivas são emancipadoras e reconduzem alunos diferentes, entre os quais os que têm uma deficiência, ao lugar do saber, de que foram excluídos, na escola ou fora dela” (MONTAAM, 2005, p. 28).

São as ações inclusivas que promovem o desenvolvimento dos alunos em vários aspectos. Essa evolução é retratada pela responsável quando diz que:

RE: Antes ele não se socializava muito bem, só se aproximava de crianças, agora que ele conseguiu entrar na escola, aos poucos percebi que ele está se socializando bem com todos. Por exemplo, já conversa com os professores, anda pela escola, faz algumas atividades. Isso para mim é um grande avanço, pois no primeiro dia ele nem entrou na escola.

Em síntese, pode-se perceber que incluir um aluno autista é um desafio para toda a escola e não apenas para o professor. Toda comunidade escolar, bem como a família, necessita trabalhar em prol de um objetivo comum que é acolher de forma inclusiva o autista no espaço escolar, reconhecendo suas limitações e proporcionando ao mesmo alternativas que o leve a superar suas limitações. Assim, cada pequena conquista é importante: um olhar, uma palavra, um pequeno gesto, representam um significativo avanço no processo de desenvolvimento do aluno autista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo retratou os desafios de incluir um aluno com TEA no espaço escolar, tendo em vista que o autismo se configura como uma deficiência bastante peculiar e complexa. No entanto, a escola vem buscando desenvolver um trabalho coletivo e colaborativo com o intuito de efetivar a inclusão do aluno.

É preciso ressaltar que a inclusão não se restringe apenas em proporcionar o acesso e a permanência do aluno com deficiência na escola, mas assegurar um ensino de qualidade que possibilite sua inclusão de fato.

Por meio dos discursos analisados verificou-se que a escola está fazendo o possível dentro de suas possibilidades para que a inclusão aconteça, visto que acolheu e buscou junto aos órgãos responsáveis as condições necessárias para o acompanhamento pedagógico do aluno.

As reflexões mencionadas permitem compreender que o trabalho inclusivo requer a sensibilidade e disponibilidade da escola e da família em promover ações que permitam acolher a todos os alunos, independentemente de suas diferenças no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

AMBRÓS, D. M. **O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão.** In: 1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, I. Anais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p.209 -220.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil.** Brasília. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Brasília, 2012. Acesso em 06 de agosto de 2019. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 07 de janeiro de 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

CAMARGO, P. H; BOSA, C.A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da Literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p, 65-74, 2009.

GAUDERER, E. C. **Autismo** [S.I]. Ateneu, 1993.

GOMES, R.F.; ONZI, F.Z. **Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação.** Caderno Pedagógico, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015.

GRANDIN, Temple; SCARIANO, Margaret M. **Uma menina estranha:** autobiografia de uma autista. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

MANTOAN, M. T. A hora da virada. Inclusão: **Revista da Educação Especial.** Brasília, v. 1, n.1, p. 24-28, 2005.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem.** Assembleia Geral das Nações Unidas, 12, 1948.

SOUZA, M. A.; ROSÁRIO, M. L. F.; COSTA, E.M. **A educação inclusiva na concepção do aluno sem deficiência no ensino regular.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IV. Anais. João Pessoa: REALIZE, 2017. p.1-12.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.